

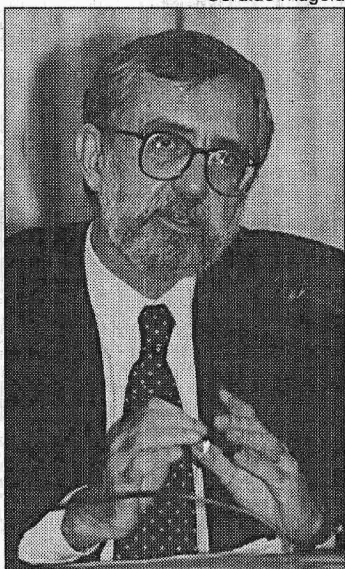
União compensará perdas

Geraldo Magela

Rio - O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Augusto Guimarães, disse ontem que se o governo absorver, na Parcela de Preços Específicos (PPE) dos derivados de petróleo nas refinarias, o impacto da desvalorização do real nos preços dos combustíveis, terá de encontrar uma outra fonte de recursos para cobrir o que absorver. Isso porque os recursos da PPE, de R\$ 4,95 bilhões este ano, entraram como receita no ajuste fiscal anunciado em novembro.

A PPE também poderá vir a custear até 3,8% da Confins, que a partir de 1º de fevereiro recairá sobre combustíveis. Guimarães disse que não há nada decidido quanto a haver ou não repasse aos consumidores destes dois novos custos.

A PPE é uma parte do preço dos derivados de petróleo que representa uma folga, capaz de cobrir eventuais aumentos de custos, de forma a que os preços ao consumidor oscilem o mínimo possível. No ajuste fiscal anunciado em novembro, o governo colocou o valor da PPE de um ano, de R\$ 4,95 bilhões, na rubrica de receitas. Portanto, se agora a PPE tiver de absorver o custo maior do petróleo importado, decorrente da desvalorização do real, e também a Confins que vai ser cobrada a partir do dia 1º, o programa de ajuste



GUIMARÃES: prejuízo

sofrerá uma nova perda, ainda não calculada.

"Sem dúvida, se a PPE for usada, teremos de encontrar outra fonte de receita para compensar a perda", admitiu Eduardo Augusto Guimarães, que esteve na posse do ex-diretor de Planejamento do BNDES, Sérgio Besserman, na presidência do IBGE.

O dilema do governo neste momento é que, se não lançar mão da PPE para pagar o aumento de custos dos combustíveis, eles se tornarão mais caros para os consumidores, com um agravante: como afetam intensamente toda a estrutura produtiva do País, seus aumentos de preços podem contaminar outros preços, elevando a inflação.